

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR):

PARECER Nº 162, 25 de outubro de 2021.

OBJETO: Projeto de Lei Ordinária nº **144/2021**, que “*Concede o ‘Diploma de Reconhecimento e Gratidão’ à Sra. Hélia Gomes e à Dra. Juliana Jacob, pelos trabalhos desenvolvidos como professores durante a decretação da pandemia da COVID-19, no município de Ubá*”.

AUTORIA: VEREADOR JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS

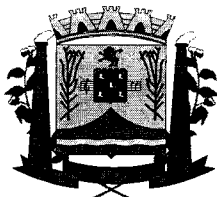
1- RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de origem parlamentar, que visa a concessão do “Diploma de Reconhecimento e Gratidão” aos professores que desenvolveram suas atividades durante a decretação da Pandemia da COVID-19, no município de Ubá.

A presente proposição, após passar pela discussão nesta Comissão, entrará em pauta observando os termos regimentais, em Sessão ordinária.

O Vereador José Roberto Reis Filgueiras, indicou para serem agraciadas com o referido Diploma **a Sra. Hélia Gomes e a Dra. Juliana Jacob**.

A Lei Municipal nº 4.893, de 18 de agosto de 2021, em vigor, dispõe sobre a concessão do Diploma de Reconhecimento e Gratidão, e estabelece que será através de projeto de lei cuja iniciativa é reservada aos Vereadores, podendo cada um conceder até dois diplomas anualmente (artigo 2º, parágrafo único).



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Nesse sentido, seguindo os ditames regimentais, vem a esta comissão o projeto em questão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, com fulcro no artigo 48 do Regime Interno da Câmara Municipal de Ubá (Resolução 10/1993):

Art. 48. Compete a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:

I- Manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, leal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, citando, quando for o caso, o dispositivo constitucional, legal ou regimental.

(...)

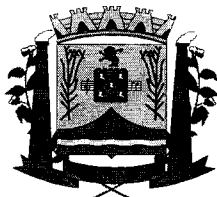
Feito o relatório, passa-se a opinar.

II- FUNDAMENTAÇÃO

O projeto reúne condições para prosseguir em tramitação, encontrando fundamento no art. 77, caput, da Lei Orgânica Municipal de Ubá, segundo o qual a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer *vereador* ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos Cidadãos.

Ademais, a presente proposição atende aos requisitos legais, pois foram indicados dois nomes pelo edil que, segundo as informações trazidas na “justificativa”, referem-se a profissionais da educação que tiveram que se reinventar na pandemia para adaptarem-se às aulas *online*, sejam gravadas ou síncronas.

Sobre a concessão de diploma à Dra. Juliana Jacob, servidora desta Casa, foi solicitado um parecer quanto à validade e constitucionalidade de sua indicação pelo Instituto Plenum Brasil, afim de assegurar a lisura da análise pretendida.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Conforme podemos verificar, em anexo, o Parecer apresentado pelo Instituto reconhece que “os serviços prestados pela Dra. Juliana Jacob contribuem de maneira relevante para o desenvolvimento do município de Ubá e progresso dos cidadãos ubaenses.”

Sobre a Sra. Hélia Gomes: possui formação em História na FAFIU Faculdade de Filosofia e Letras de Ubá (atual FUPAC) – 1983; formação em Direito no Instituto de Ciências Sociais Vianna Junior JF – 1991 e Pós-graduação em História Contemporânea.

Começou dar aula em 1984, na Escola Estadual Doutor José Januário Carneiro, e no mesmo ano, trabalhou na Escola Estadual Raul Soares. Em 1985, foi para o Camilo Soares, sendo efetivada em 2015, sendo posteriormente aposentada no Cargo I, no ano de 2013.

Destacamos um trecho de seu depoimento pessoal:

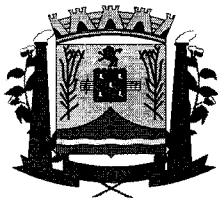
“Sem dúvidas a dificuldade mais urgente foi adequar ao ensino remoto e suas tecnologias.

Foi um salto largo de uma realidade conhecida para algo totalmente novo: Contato virtual com os alunos, além das dificuldades com o uso da tecnologia. Estar na sala de aula, sentir o aluno, como ele está e se está avançando na aprendizagem é insubstituível.

Diante da necessidade do distanciamento social, o convívio com os alunos e com os colegas de trabalho sofreu prejuízos, porém foi buscado e alimentado dentro das possibilidades e restrições do momento.”

III- CONCLUSÃO

Portanto, conclui-se que o Projeto de Lei nº 144/2021 é instrumento adequado a permitir a concessão do Diploma de Reconhecimento e Gratidão à Sra. Hélia Gomes e à Dra. Juliana Jacob, merecedoras de tal honraria.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ubá, 25 de outubro de 2021.

EDEIR PACHECO DA COSTA
PRESIDENTE DA COMISSÃO

JOSÉ MARIA FERNANDES
MEMBRO DA COMISSÃO

GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
MEMBRO DA COMISSÃO